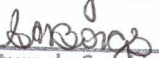




Município de Matozinhos
Praça Bom Jesus, 99 – Centro – CEP: 35.720-000
www.matozinhos.mg.gov.br

RECURSO PARA O PLENÁRIO

CÂMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS	
PROTOCOLO Nº	1373/2023 ÀS 13:12 HS
DESTINO DO DOCUMENTO	Diretoria Legislativa
Matozinhos	14 de julho de 2023
 Assinatura do Servidor	

Matozinhos, 13 de julho de 2023.

LIDO EM PLENÁRIO

18/07/2023

Senhor Presidente,

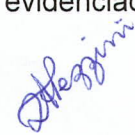
Nos termos do art. 36, inciso XIV da Lei Orgânica do Município, combinado com o § 1º do art. 115 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Matozinhos/MG, na condição de autora do Projeto de Lei nº 2.763/2023, apresenta-se o presente **RECURSO**, cujos fins é análise pelo Plenário desta Casa Legislativa dos argumentos e fundamentos aqui expressos, em contraposição aos firmados por Vossa Excelência que determinou a rejeição da presente proposição antes de sua regular tramitação, discussão e votação pelos eminentes vereadores.

O Ofício DL nº 194/2023, por meio do qual é encaminhado o “Despacho da Presidência” proferido por Vossa Excelência em 10/07/2023, relativo ao Projeto de Lei nº 2.763/2023, protocolizado nessa Casa em 05/07/2023, sob o nº 1327/2023, conclui “pela antijuridicidade da proposição”, posto que, no entendimento da Presidência, implicaria em “violação à quinta diretriz da Resolução nº 453/2012/CNS”. Todavia, fazem-se necessários alguns apontamentos.

O Projeto de Lei em comento versa sobre “**autorização de abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente para despesas de pessoal e encargos na Secretaria Municipal de Saúde e na Administração**”. Portanto, trata-se de matéria orçamentária, cuja aprovação legislativa é obrigatória, por força do princípio da legalidade das despesas previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Ademais, no que se refere à competência contábil, informa-se que a FONTE 1.604.000- (Transferência Governo Federal Agente Comunitária de Saúde e Endemias) pode ser destinada apenas para cobrir despesa de pessoal.

Em função disso, cumpre esclarecer a Vossa Excelência que não há que se falar em “violação à quinta diretriz da Resolução nº 453/2012/CNS”. A uma, porque o Conselho Municipal de Saúde possui lei própria, cujas competências estão expressas no art. 2º da Lei Municipal nº 1.678/2001, e dentre elas não se inclui “aprovar projetos a serem encaminhados ao legislativo”. A duas, porque Resolução é ato administrativo normativo expedido por um colegiado administrativo, no caso, o Conselho Nacional de Saúde, em matéria de sua competência específica, tratando-se de ato inferior à lei, prevalecendo-se o disposto na legislação municipal.

Além disso, existem alguns pontos obscuros no referido despacho que merecem ser mais bem esclarecidos por Vossa Excelência, posto que não guardam pertinência com a matéria objeto do presente Projeto de Lei, evidenciados nos seguintes trechos:





Município de Matozinhos
Praça Bom Jesus, 99 – Centro – CEP: 35.720-000
www.matozinhos.mg.gov.br

a) "...falta juridicidade à **proposição**, eis que **absolutamente desnecessária...**": esclarecer, de modo fundamentado, se é desnecessária autorização legislativa para abertura de crédito adicional suplementar;

b) "...e pretendendo a douta Prefeita **firmar convênio...**": esclarecer em qual ponto o Projeto de Lei estabelece previsão de convênio;

c) "...para **custeio de subvenção social...**": esclarecer qual ponto do Projeto de Lei indica que o crédito suplementar destina-se a acobertar subvenção social;

d) "...não necessita de outorga legislativa, visto que a matéria constitui ato de governo privativo do próprio Executivo.": esclarecer, de modo fundamentado, se é desnecessária autorização legislativa para abertura de crédito adicional suplementar.

Outrossim, a rejeição ao dito Projeto de Lei teve como fundamento o art. 115 do Regimento Interno dessa Casa, que enumera os casos em que a proposição é passível de devolução ao autor. Contudo, neste tocante, o despacho proferido por Vossa Excelência foi omissivo, uma vez que não indicou, expressamente, qual inciso do artigo mencionado foi violado pelo autor da proposição em questão e deu ensejo à rejeição do Projeto de Lei em tela.

Por fim, resta evidente que não subsistem fundamentos jurídicos consistentes para estribar a conclusão de Vossa Excelência pela "antijuridicidade" da proposição.

Pelo exposto, nos termos do art. 36, inciso XIV da LOM, combinado com § 1º do art. 115 do RI, na condição de Prefeita Municipal e autora do Projeto de Lei nº 2.763/2023, apresento o presente recurso, para deliberação e julgamento pelo Plenário desta colenda Casa Legislativa. Salienta-se que o Ofício DL nº 194/2023 foi protocolizado no Gabinete em 12/07/2023 e considerando que o prazo para interposição de recurso é de 5 (cinco) dias, conforme § 1º do art. 115 do RI, o presente recurso é tempestivo.

Sendo assim, e tendo a certeza de que o Despacho proferido por Vossa Excelência almeja reafirmar a harmonia e o compromisso necessários entre os Poderes Legislativo e Executivo para o desenvolvimento e progresso de nosso Município, devolve-se o Projeto de Lei nº 2.763/2023, para que, após provimento do presente recurso pelo Plenário desta colenda Casa Legislativa, tal proposição possa tramitar regularmente, nos moldes da legislação em vigor.

Atenciosamente,


Zélia Alves Pezzini
Prefeita Municipal

Excelentíssimo Senhor
Vereador César Antônio Pereira
DD. Presidente da Câmara Municipal
MATOZINHOS/MG